

PROPOSTA COMERCIAL Nº. 016/2020

Manaus(AM), 14 de dezembro de 2020

Ao Senhor
José de Ribamar da Silva Nunes
Diretor do Instituto de Natureza e Cultura- INC
Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Prezado Senhor,

Encaminhamos a Vossa Senhoria a proposta comercial para gestão administrativa e financeira do projeto intitulado **“PARQUE CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO ALTO SOLIMÕES - AMAZONAS”**, conforme discriminado abaixo:

1. OBJETIVO

Objetivo Geral: Implantar Parque Científico e Tecnológico na Faixa de Fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia – PCT Alto Solimões.

Objetivos Específicos:

1. Diversificar e potencializar a bioeconomia do Alto Solimões;
2. Estruturar o ecossistema de inovação local;
3. Fortalecer as articulações interinstitucionais em rede na região;
4. Qualificar e capacitar recursos humanos por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, criando condições de fixação de capital humano na região;
5. Promover a geração de ocupação e renda por meio de empreendimentos de base científica e tecnológica com impacto social e ambiental positivo;
6. Desenvolver mecanismos para garantia da soberania nacional em propriedade intelectual e em patrimônio material e imaterial da socioagrobiodiversidade da região.

2. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A Implantação do Parque Científico e Tecnológico na Faixa de Fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia – PCT Alto Solimões resulta da ação coordenada pela SMDRU (Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano) por meio da cooperação com o Estado do Amazonas e entidades nacionais e locais: UFAM (Universidade Federal do Amazonas), IFAM (Instituto Federal do Amazonas), UEA (Universidade Estadual do Amazonas), SEDECTI AM (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação), Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores), MMA (Ministério do Meio Ambiente), MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações) e Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial). Esta iniciativa foi desenvolvida no contexto da estratégia ROTAS - Rotas de Integração

Nacional, conforme Portaria MI nº 80/2018, em consonância com o Decreto nº 9.810/2019, que instituiu a PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

O território do Alto Solimões, na Faixa de Fronteira, integra o Polo BioAmazonas, da Rota da Biodiversidade. O Projeto possui uma base teórico-metodológica sobre o Mapeamento das Cadeias Produtivas da Fruticultura e Biodiversidade já em andamento, com ações previstas no TED 01/2020 MDR-UFAM, cujo objeto consiste no 'Apoio à Implementação de Infraestrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira', para viabilizar iniciativas posteriores ligadas às Rotas de Integração Nacional que trabalham as redes interligadas de sistemas produtivos e inovadores, notadamente às Rotas da Biodiversidade, Economia Circular, Açaí e TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação.

A Amazônia possui uma agrobiodiversidade sabidamente rica. Na microrregião do Alto Solimões, bem como em outras localidades da região, comunidades e povos tradicionais residentes compartilham recursos genéticos desenvolvidos por meio de suas práticas na agricultura e extrativismo (animal e vegetal), o que garante a segurança alimentar destas comunidades e povos, além de promover a conservação das espécies vegetais por meio de sua dispersão e resgate das espécies cultivadas (NODA, 2003). Porém, há a necessidade de fortalecimento destas experiências de manejo, dos sistemas tradicionais de produção desenvolvidos aliando estas estratégias à pesquisa em desenvolvimento e transferência tecnológica, alavancagem e distribuição de resultados econômicos e a garantia de proteção deste conhecimento e dos direitos dos mais de 12 (doze) grupos étnicos indígenas da região.

Este saber ambiental permite compreender a diversidade de apropriação socioeconômica da natureza e, neste caso, das espécies vegetais utilizadas no cotidiano em suas múltiplas dimensões, possibilitando estabelecer um entendimento sobre as técnicas e os potenciais usos da biodiversidade. Aliado a esses conhecimentos tradicionais visa-se estabelecer a capacidade de estudos fitoterápicos e consecutivamente produção de bioativos, com expressivo potencial terapêutico, alimentar e econômico de comercialização, para a geração de emprego e renda.

A Microrregião do Alto Solimões apresenta características socioeconômicas favoráveis para esta relação. Dentre os 62 municípios amazonenses, apenas a capital Manaus possui o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) considerado alto entre 0,700 – 0,799. Todos os demais municípios possuem IDH médio (0,600-0,699), baixo (0,500 – 0,599) ou muito baixo (0,000 – 0,499). A Região do Alto Solimões concentra os piores índices regionais, sendo Tabatinga (0,616) o único dos oito municípios que se enquadra na classificação média. Com índice baixo estão Benjamin Constant (0,574), Amaturá (0,560), Tonantins (0,548), Fonte Boa (0,530), São Paulo de Olivença (0,521) e Jutai (0,516) e outros dois municípios com IDH considerados muito baixos, Santo Antônio do Itá (0,490) e Atalaia do Norte (0,450), sendo este último município o pior índice do Estado e o terceiro pior do País (IPEA, 2019).

Garantir o investimento e a distribuição de resultados econômicos na região se faz necessário. Sendo assim, na ótica econômica, são justificáveis investimentos em regiões com baixa competitividade, de forma a garantir requisitos para o desenvolvimento regional, tais como infraestrutura, financiamento, qualificação profissional e Ciência & Tecnologia. A Microrregião do Alto Solimões possui uma frágil dinâmica de produção, logística e de distribuição de resultados. Aliando a visão econômica e o baixo IDH-M supracitados, garantir condições para a geração e distribuição de resultados econômicos produzirá impactos na alavancagem das iniciativas endógenas como motores propulsores da ocupação e renda, amenizando o quadro já instalado da informalidade do trabalho no interior do Estado do Amazonas por meio da geração de empreendimentos inovadores de alto valor agregado, tais como alimentos melhorados, medicamentos fitoterápicos, bioativos, fibras vegetais, entre outros.

Considera-se a importância do desenvolvimento das cadeias dos produtos da agrobiodiversidade no Alto Solimões como fator determinante para atingir o desenvolvimento sustentável não só em nível microrregional, uma vez que na última década a Agricultura Familiar (AF) entra no foco das ações de desenvolvimento sustentável em nível mundial. As Nações Unidas designam o ano de 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar (do inglês international Year

of Family Farming - IYFF), em convenção com a presença de 197 chefes de Estado. Três anos depois, é estabelecido que a AF passa a figurar como centro norteador de diretrizes de políticas agrícolas, ambientais e sociais nas agendas internacionais para um desenvolvimento mais igualitário e equilibrado, preceitos debatidos na agenda 2019-2028 chamada de Década da Agricultura Familiar das Nações Unidas (do inglês United Nations Decade of Family Farming - UNDF) e institucionalizado no Plano Decenal da Agricultura Familiar 2019-2028 (FAO-IFAD, 2019). Este plano define a AF como instrumento fundamental das implementações dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nos territórios, uma vez que 78% das 169 metas dependem das ações exclusivamente ou principalmente realizadas em áreas rurais (BERDEGUE, 2019).

Uma vez que as práticas regionais são predominantemente voltadas a AF e que o PIB agropecuário dos municípios do Alto Solimões representa cerca de 20% da riqueza dos municípios (SEPROR, 2020), identifica-se que a informalidade do trabalho e a produção voltada à subsistência abrem margem para o desenvolvimento destas áreas rurais, com possibilidade de integração destas como fator de impulsionamento da representatividade da AF no PIB dos municípios. Com o fortalecimento da Agricultura Familiar e o apoio técnico para ações como a captação de crédito e agregação de valor, impulsiona-se também a necessidade de formalização dos empreendimentos do terceiro setor, como associações e cooperativas, estas, organizações capazes de retirar do isolamento os pequenos produtores e garantir em curto e médio prazos a regularização e garantia de ocupação destes.

É essencial compreender e valorizar a agrobiodiversidade no Alto Solimões e o saber construído pelos povos indígenas da Região Amazônica para estabelecer um novo paradigma de desenvolvimento. Há a necessidade de fortalecer os sistemas integrados destes saberes tradicionais, integrando-os aos saberes tecnológicos, criando condições para valorizar o modo de vida tradicional como instrumento de afirmação da identidade coletiva e capacidade endógena de desenvolvimento. Na divulgação dos processos sistemáticos de desenvolvimento em um novo paradigma, que concilia o saber tradicional e o científico, será possível a consolidação deste intercâmbio em negócios de impacto socioambiental que podem ser replicados por outras microrregiões da Amazônia. Negócios de impacto aqui são entendidos como “empreendimentos que tem a missão explícita de gerar impacto social e/ou ambiental ao mesmo tempo em que geram resultado financeiro positivo de forma sustentável” (ANPROTEC, 2020, s.p.).

A quebra da soberania nacional não se dá apenas nas fronteiras geopolíticas fisicamente delimitadas, mas também no processo de expropriação cultural e dos saberes locais, bem como na exploração predatória dos recursos da agrobiodiversidade da região transfronteiriça. Neste sentido, sintetizar o intercâmbio entre saber tradicional e tecnológico em negócios de impacto social é uma forma de estabelecer diretrizes práticas para desenvolvimento de estratégias adaptáveis às condições socioambientais da região. Ou seja, concatenar saberes, ciência, tecnologia e inovação em processos sistemáticos, como negócios de impacto social, garantindo mecanismos identitários coletivos, promoção da qualidade de vida e bem-estar com base nos princípios dos povos da região e, por conseguinte, provendo um rol de instrumentos para defesa da soberania nacional, na manutenção do território, da biodiversidade e da produção cultural/intelectual.

Nesse contexto, se faz importante estabelecer as metodologias de biossegurança para estudos com a biodiversidade. Os produtos ou bens oriundos do sistema natural incluem fármacos, alimentos (pescado, mel, frutas), madeira e muitos outros. Para tal se faz necessário estabelecer as normas técnicas de uso racional para a produção de alimentos e bioativos que possibilitem diretamente a segurança alimentar e fitoterapêutica. As práticas de biossegurança adotadas serão norteadas nos princípios de proteger o meio ambiente e a comunidade da exposição a agentes nocivos, preservando a saúde humana e a biodiversidade local.

Para tanto, esta proposta justifica-se como cenário de possibilidades para consolidação do modelo da quintupla hélice. Este modelo concebe que as iniciativas de desenvolvimento produzem melhores resultados quando são concebidas na interação entre os agentes (stakeholders) relevantes das cadeias produtivas. Como a implementação do PCT tem como objeto o desenvolvimento de

empreendimentos baseados na exploração sustentável da agrobiodiversidade amazônica, a governança em quintupla hélice promove a articulação de agentes sociais do primeiro, segundo e terceiro setor para o desenvolvimento regional sustentável:

- i. Primeiro setor: articulação entre ministérios, secretarias em âmbito Federal, secretarias estaduais e prefeituras municipais, com o objetivo de operacionalizar investimentos e desburocratizar acordos interinstitucionais;
- ii. Segundo setor: empresários que já atuam na cadeia e empresários exógenos com propostas de iniciar atividades na mesma cadeia, para gerar competitividade e superar acomodação de empresários locais;
- iii. Terceiro setor: associação, cooperativas, fundações de apoio e também grupos informais de produtores;
- iv. Academia: além dos três setores, pesquisadores da academia com pesquisas na cadeia a ser impulsionada, uma vez que a academia dispõe do livre pensar e capital intelectual para formação de capital humano;
- v. Instituições de Fomento: banco de investimento, cooperativas de crédito e mediadoras de verbas de responsabilidade, uma vez que é necessário de capitalização de recursos financeiros para a execução das propostas (SCHOR, 2020).

Por fim, o método da hélice quintupla alia-se à concepção do PCT Alto Solimões por considerar não só a diversidade institucional como alavancagem de iniciativas econômicas, mas na concepção de iniciativas com foco na sustentabilidade dos ecossistemas e que promovam a equidade de gênero, etnia, cor e classes sociais.

3. MÉTODOS

O Parque Científico e Tecnológico é uma Organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação e ao desenvolvimento regional, a partir da geração de renda e, levando em consideração todos os aparatos da diversidade socioambiental da região amazônica.

O Projeto do Parque Científico e Tecnológico do Alto Solimões terá uma metodologia CERNE (Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos).

O Mapeamento compreendeu as seguintes etapas:

- ✓ Composição da Equipe Local das Instituições de Ensino atendendo a hélice de academia;
- ✓ Mapeamento situacional das cadeias produtivas da região;
- ✓ Pesquisa bibliográfica;
- ✓ Levantamento e identificação dos setores;
- ✓ Desenvolvimento dos instrumentos de coleta;
- ✓ Coleta de dados junto aos mecanismos por meio de questionário eletrônico;
- ✓ Elaboração de termo de referência para os laboratórios;
- ✓ Realização das entrevistas em profundidade nos municípios.
- ✓ Análises.

4. METAS

1. Desenvolvimento de sistema de indicadores de sustentabilidade das cadeias produtivas de bioativos, processos e serviços regionais, considerando áreas de atuação, conhecimento empresarial, áreas de CT&I e ambientes de inovação;

2. Seminário internacional para articulação territorial para alinhamento das instituições de Ciência & Tecnologia - ICTs regionais, redes de produtores, empresas, setor público, organizações civis de interesse público;
3. Concepção e implantação de mecanismos de geração de empreendimentos inovadores - MGEI (Incubadoras, aceleradoras tecnológicas populares, laboratórios, espaços de coworking e TICs);
4. Estruturação e oferta de cursos para a formação de técnicos, especialistas, mestres e doutores, nas modalidades de ensino, pesquisa e Extensão;
5. Estruturação de negócios populares, de base tecnológica e aceleração de empreendimentos já existentes, além de aplicação e desenvolvimento de certificações para as respectivas cadeias locais;
6. Implantação de Núcleo de inovação e transferência tecnológica (NIT).

5. RESULTADOS ESPERADOS

1. Plataforma online de livre acesso com informações, mapeamentos e indicadores de sustentabilidade das cadeias produtivas pesquisadas: fruticultura, meliponicultura, pescado, castanha-do-brasil, fitoterápicos, mandioca e turismo; além de áreas de atuação, conhecimento empresarial regional, áreas de CT&I potenciais e já existentes; ambientes de inovação. Produção de 6 cartilhas, uma de cada cadeia; 01 Manual Indicadores; 4 mapeamentos situacionais;
2. Seminário territorial para otimização dos investimentos em ações de planejamento integrado, definição de ações conjuntas e parcerias, concepção em rede da 5ª Hélice do território e intercâmbio de experiências com outros PCTs (nacional e estrangeiros).
3. Plano de negócio e sustentabilidade do PCT; Protocolo de funcionamento dos MGEI: Incubadora: pré incubação (planejamento estratégico plano de trabalho), incubação (execução do plano), desincubação (autonomia gestonária da iniciativa e instalação da iniciativa no PCT); Protocolo da aceleradora: pré aceleração (seleção e definição do MVP), aceleração (Break even point) e emancipação. Protocolo de biossegurança: proteção da propriedade intelectual (manual de certificações e patentes), proteção do patrimônio material e imaterial (manual de cartografia social); proteção da agrobiodiversidade (manual de conhecimento tradicional associado).
4. Formação e capacitação de 30 especialistas, 30 técnicos, 10 mestres, 2 doutores, 30 organizações de base rurais e urbanos e 150 agricultores, extrativistas e pescadores.
5. Infraestrutura de laboratório de biotecnologia, agrobiodiversidade; produtos naturais, sociobioeconomia, benfeitorias de apoio (NIT, espaço coworking para empreendedores) e infraestrutura de TIC para dar suporte de MGEI (ecossistema de Inovação multicampi) em instituições do Alto Solimões (UFAM/INC, IFAM/TBT e UEA/CESTB) .
6. Estruturação de negócios: ITCP 10 (05 populares, 05 de base tecnológica). Aceleradora (05 empreendimentos com possibilidade de alto impacto em geração de receita), 05 certificações

participativas e de boas práticas de espécies vegetais e de peixes, desenvolvimento de 1 certificação pelo PCT.

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (METAS, ETAPAS OU FASES)

O prazo de execução será de **36 (trinta e seis) meses**, a contar da assinatura do instrumento jurídico e em conformidade com o Plano de Trabalho.

META, ETAPA OU FASE	ESPECIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
		UNIDADE	QUANTIDADE	INÍCIO	TÉRMINO
	<i>Características das atividades a serem realizadas em cada meta, etapa/fase.</i>	<i>Aula; Exposição; Visita; Seminário; Relatório; Produto, etc</i>		<i>Da meta, etapa e/ou fase</i>	<i>Da meta, etapa e/ou fase</i>
Meta 1	Reuniões da equipe técnica para definição das diretrizes; Capacitação da equipe técnica; Seleção dos Bolsistas; Licitação de equipamentos para os laboratórios; Mapeamento e diagnósticos das cadeias de bioativos, processos, serviços e construção de sistema de indicadores (ODS); Desenvolvimento da plataforma; Contratação de Pessoa Jurídica produção do manual da identidade visual, para diagramação e publicação de cartilhas e manual.	1. Workshop da equipe técnica; 2. Capacitações para elaboração e aplicação das atividades técnicas; 3. Plataforma online de livre acesso com informações, mapeamentos e indicadores de sustentabilidade das cadeias produtivas pesquisadas: fruticultura, meliponicultura, pescado, castanha-do-brasil, fitoterápicos, mandioca e turismo; além de áreas de atuação, conhecimento empresarial regional, áreas de CT&I potenciais e já existentes; ambientes de inovação; 4. Produção de 6 cartilhas, uma de cada cadeia; 01 Manual Indicadores; 4 mapeamentos situacionais; 5. Relatório Técnico das atividades executadas.	1. Um 2. Três 3. Uma 4. Variável 5. Um	2020/2	2021/1
Meta 2	Metodologia Emater para realização de Eventos (Conferência PP); Bolsas e Custeio para equipe local para a realização de seminário, além de passagens e diárias para convidados externos; Contratação de PJ TI e publicidade/divulgação do evento; Diagramação e publicação de documento síntese.	1. Seminário territorial para otimização dos investimentos em ações de planejamento integrado, definição de ações conjuntas e parcerias, concepção em rede da 5ª Hélice do território e intercâmbio de experiências com outros PCTs (nacional e estrangeiros). 2. Relatório Técnico; 3. Banco de dados estabelecido e atualizado.	1. Um 2. Um 3. Um	2021/1	2021/1
Meta 3	Realização de reuniões de trabalho para o planejamento; Metodologia CERNE Anprotec; Contratação de consultoria e auditoria externa PJ para elaboração do Plano de Negócios do PCT e dos protocolos técnicos; Manual de Identidade Visual, diagramação e publicação dos três (3) editais anual com as diretrizes e requisitos para incubação; Termos de referência e licitação de equipamentos para os laboratórios.	1. Plano de negócio e sustentabilidade do PCT; 2. Protocolo de funcionamento dos MGEI: Incubadora: pré incubação (planejamento estratégico plano de trabalho), incubação (execução do plano), desincubação (autonomia gestonária da iniciativa e instalação da iniciativa no PCT); Protocolo da aceleradora: pré aceleração (seleção e definição do MVP), aceleração (Break even point) e emancipação. 3. Protocolo de biossegurança: proteção da propriedade intelectual (manual de certificações e patentes), proteção do patrimônio material e	1. Um 2. Um 3. Um 4. Um	2021/2	2022/1

		imaterial (manual de cartografia social); proteção da agrobiodiversidade (manual de conhecimento tradicional associado). 4. Relatório Técnico;			
Meta 4	Metodologias de Ensino-Aprendizagem Contínua com base em abordagem por Solução de Problemas (ABP); Bolsas para atração de profissionais, especialistas, mestres e doutores; Acordos bilaterais para vagas; bolsas e diárias para equipe de execução local; Contratação de PJ para produção de divulgação científica. Termos de referência e licitação de equipamentos para os laboratórios.	1. Formação e capacitação de especialistas; 2. Formação e capacitação de técnicos; 3. Formação e capacitação de mestres; 4. Formação e capacitação de doutores; 5. Formação e capacitação de organizações de base rurais e urbanos e; 6. Formação e capacitação de agricultores, extrativistas e pescadores.	1. 30 especialistas; 2. 30 técnicos; 3. 10 mestres; 4. 2 doutores; 5. 30 Organizações; 6. 150 agricultores;	2021/2	2023/1
Meta 5	Termos de referência e licitação de equipamentos para os laboratórios (biotecnologia, agrobiodiversidade; produtos naturais, sociobioeconomia, benfeitorias de apoio (NIT, espaço coworking para empreendedores). Infraestrutura de TIC para dar suporte de MGEI (ecossistema de Inovação multicampi) em instituições do Alto Solimões); Contratação de PJ para obras e adequação de infraestrutura; PJ para infraestrutura e prestação de serviços em TICs.	1. Infraestrutura de laboratório de biotecnologia, agrobiodiversidade; produtos naturais, sociobioeconomia, benfeitorias de apoio (NIT, espaço <i>coworking</i> para empreendedores); 2. Infraestrutura de TIC para dar suporte de MGEI (ecossistema de Inovação multicampi) em instituições do Alto Solimões (UFAM/INC, IFAM/TBT e UEA/CESTB) .	1. 5 Estruturação de laboratórios; 2. 3 Estruturas	2021/2	2023/1
Meta 6	Metodologia CERNE Anprotec; Metodologias de Ensino-Aprendizagem Contínua com base em abordagem por Solução de Problemas (ABP); Bolsas para atração de profissionais, especialistas, mestres e doutores; Acordos bilaterais para vagas; bolsas e diárias para equipe de execução local; Contratação de PJ para produção de divulgação científica; Consultoria e Auditoria PJ para elaboração das certificações.	1. Estruturação de negócios: ITCP 10 (05 populares, 05 de base tecnológica). 2. Aceleradora (05 empreendimentos com possibilidade de alto impacto em geração de receita); 3. 05 certificações participativas e de boas práticas de espécies vegetais e de peixes, desenvolvimento de 1 certificação pelo PCT.	1. 10 ITCP 2. 5 Aceleradoras 3. 5 Certificações	2022/1	2023/1

7. VALOR

O valor global é **R\$ 1.858.166,00 (hum milhão, oitocentos e cinquenta e oito mil, cento e sessenta e seis reais)**, conforme detalhamento no Plano de Trabalho.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
Diárias – Servidor Federal (Observar Decreto nº 5.992/2006 e Decreto nº 6.907/2009)	71.500,00
Serviços de Tecnologia de informação e comunicação _Pessoa Jurídica	217.038,00
Passagens e despesas com locomoção	77.000,00
Material de consume	70.400,00
Bolsa Pesquisador Estudante	347.766,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
Bolsa Pesquisador	154.000,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	642.775,87
Encargos (ISS)	92.908,30
Ressarcimento à FUA	0,00
Despesas Operacionais e Administrativas – FAEPI	184.777,83
TOTAL	1.858.166,00

8. FORMA DE PAGAMENTO

De acordo com o Cronograma de Desembolso definido no Plano de Trabalho.

9. VALIDADE DA PROPOSTA

A presente proposta tem validade de **30 dias** a contar da data de seu recebimento pelo Contratante.

Obs: Proposta elaborada de acordo com o Plano de Trabalho (Anexo).

Atenciosamente,

Ana Maria Alves Pereira
Diretora Geral
FAEPI

ANEXO 1 – DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS

PROJETO: PARQUE CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO ALTO SOLIMÕES - AMAZONAS

PERÍODO: 36 meses

Nº PROPOSTA COMERCIAL: 016/2020

JUSTIFICATIVA:

A despesas Operacionais e Administrativas da Fundação, correspondem aos custos para gestão administrativa dos recursos financeiros dos projetos. Compreendendo ainda a realização das atividades de atendimento as solicitações de pagamentos de serviços de terceiros pessoa física e jurídica, aquisição de bens e insumos, bem como outros pagamentos necessários ao desenvolvimento das atividades do projeto, a gestão e manutenção de recursos humanos, manutenção de controle financeiro e contábil, prestação de contas e emissão de relatórios financeiros e os serviços de assessoria jurídica e contábil, envolvendo recursos de pessoas (equipe técnica qualificada), de instalações e de gastos de uso comum disponibilizados pela Fundação de Apoio à execução desses projetos.

ELEMENTO DE DESPESA	CUSTOS FIXOS		CUSTOS VARIÁVEIS / PROJETO			
	QUANTIDADE HORAS / MÊS	CUSTO HORA	QUANTIDADE MESES	QUANTIDADE HORAS MENSAIS	QUANTIDADE HORAS TOTAIS	VALOR PROJETO
Aluguel	720	2,29	36	18	648	1.485,00
Energia Eletrica	720	1,03	36	18	648	665,32
Softwares	720	0,55	36	18	648	357,11
Telefonia e Internet	720	0,44	36	18	648	282,40
Material de Expediente (Escritório)	200	2,08	36	18	648	1.349,48
Material de Limpeza	200	4,11	36	18	648	2.661,62
Deslocamentos	200	2,42	36	18	648	377,62
Consultoria Jurídica / Desp. Judiciais	200	19,42	36	18	648	12.586,37
Consultoria Contábil Independente	200	1,25	36	18	648	810,00
Seguros em Geral	720	0,33	36	18	648	213,38
Contrapartida em Projetos	200	8,80	36	18	648	5.700,72
Outras Despesas	200	1,34	36	18	648	866,20
Alvará de Licença	720	0,02	36	18	648	13,40
Despesas Bancárias / Financeiras	200	1,30	36	18	648	842,25
Recursos Humanos	200	241,62	36	18	648	156.566,97
TOTAL						184.777,83